



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

ESTUDANTES DE PRIMEIRA GERAÇÃO: proposições reflexivas sob a ótica teórica da Nova Sociologia Econômica

SEIMOR WALCHHUTTER

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

RAÚL CESAR GOUVEIA FERNANDES

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA PE SABÓIA DE MEDEIROS (FEI)

ESTUDANTES DE PRIMEIRA GERAÇÃO: proposições reflexivas sob a ótica teórica da Nova Sociologia Econômica

1. Introdução

Apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas, no Brasil o acesso ao ensino superior continua a ser um importante desafio para amplas camadas da população. Com efeito, estudantes provenientes de famílias com baixa escolaridade tradicionalmente excluídos do ensino superior, os chamados “estudantes de primeira geração” porque são os primeiros em suas famílias a terem acesso ao ensino superior, enfrentam diversas barreiras ao decidir continuar os estudos após o ensino médio por diversas razões que estão além das dificuldades financeiras e de acesso a instituições ou carreiras mais concorridas. Esses estudantes, com frequência precisam enfrentar também obstáculos de outra ordem, tais como falta de informação, de modelos ou incentivo e o receio acerca da adaptação a ambiente desconhecido (Corrochano, 2013; Soto-Hernández, 2016; Klautau et al., 2019).

Por isso, a elaboração de propostas que viabilizem o acesso ao ensino superior para a formação de qualidade para jovens de baixa renda não diz respeito apenas ao poder público, todavia deve tornar-se pressuposto comum a todos os agentes sociais do país. Trata-se de uma prerrogativa eminente provocada pela transformação digital e tecnológica, que tendem a eliminar posições de mercado de trabalho operacionais por cargos que valorizem a capacidade de gestão, análise e criatividade dos trabalhadores.

Por outro lado, a educação superior no Brasil tem enfrentado nas últimas três décadas uma alteração significativa na forma de acesso devido à diferentes leis regulatórias motivadas por programas de ações afirmativas cujo intuito é promover a pluralidade social, cultural, racial, cognitiva e ideológica (ver Felicetti, et al., 2014; Morosini e Felicetti, 2019; Koglin, et al., 2021), dentre estes encontram-se o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e programas de cotas que oferecem a oportunidade de acesso ao ensino superior para estudantes em “desvantagens competitivas iniciais” conforme destacam Morosini e Felicetti (2019), entretanto, nenhum deles evidenciam os fatores motivacionais que explicam a trajetória do ingresso desses estudantes no ensino superior.

Assim, emergem novas tipologias e novos paradigmas sobre o perfil estudantil que ingressa no ensino superior. Relações sociológicas, portanto, passam a ter importância singular para o entendimento de políticas públicas (Granovetter, 1990:1995). Entretanto, é somente nos estudos de Bourdieu e Miceli, (1974) e posteriormente em Bourdieu e Passeron, (2014, p. 277) que “a educação escolar em seu caráter de denúncia quanto ao destino social que essa instituição produz àqueles que dela fazem parte” é discutido sociologicamente como objeto de debate.

Partindo dessa inquietude, estudos de sociologia da educação buscam responder a uma série de questões sobre como promover a inclusão de estudantes provenientes de extratos sociais que tradicionalmente não têm acesso ao ensino superior: como a universidade recebe este grupo de pessoas, que traz experiências, conhecimentos e expectativas próprios? Como se dá seu processo de adaptação, não isento de choques e contradições culturais, ao ambiente acadêmico? Em que medida, o capital cultural e social influencia esses jovens em sua trajetória acadêmica? Por fim, como favorecer que estes estudantes permaneçam e concluam seus cursos universitários?

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi discutir os fatores motivacionais dos estudantes de primeira geração por meio de uma discussão teórico-reflexiva sobre a transformação social por meio do acesso à educação superior, orientando-se pela seguinte pergunta: em que medida os fatores motivacionais não observados constituem-se como barreiras, desafios e perspectivas para o ingresso de estudantes de primeira geração do ensino médio no ensino superior?

2. Fundamentação Teórica

Estudantes de Primeira Geração

Nos USA, os “Estudantes de Primeira Geração” no idioma original, *First Generation Students (F-Ger)*, de acordo com os autores seminais Pascarella et al. (2004) e Engle e Tinto (2008) possuem definições semelhantes. Os primeiros os definem como aqueles estudantes do ensino superior cujos pais não têm mais do que o ensino médio e o segundo, como estudantes que não têm nenhum de seus pais ou responsáveis com quatro anos da graduação concluídos. Isso os diferenciaria dos Estudantes de Geração Contínua (EGC) – “*Continuing Generation Students*” (CGS), conforme definidos por Lohfink e Paulsen (2005).

No Brasil, assim como nesta pesquisa, o conceito de “estudantes de primeira geração” (EPG) é definido como referente àqueles cujos pais nunca frequentaram a universidade, conforme destacam Pascarella et al. (2004) e Morosini e Felicetti (2019). Esse tema tem sido objeto de diversos estudos associados à sociologia da educação, pois tem sido verificada a existência de grande complexidade de fatores envolvidos no processo de inclusão e adaptação dos EPG no ensino superior.

Um importante ponto de partida desse campo de estudos é a obra *Les Héritiers: les Étudiants et la Culture*, de P. Bourdieu e J.-C. Passeron, publicada em 1964, que defende a importância do “capital cultural” dos estudantes, em contraposição ao “capital humano” tradicionalmente posto em evidência nos estudos econômicos. Em particular, propõe-se que a “herança cultural” trazida pelos estudantes seja determinante para seu sucesso escolar. Examina-se ainda o mecanismo que, segundo os autores, constrói e perpetua o “capital cultural herdado” do meio familiar (*apud* Fave-Bonnet; Clerc, 2001, p. 11).

Segundo esse ponto de vista, o patrimônio cultural e social de estudantes provenientes de famílias com baixa instrução os colocaria em posição de inferioridade frente aos demais colegas (os “herdeiros”, cujos pais já frequentaram a universidade), pois faltaria aos EPG não apenas apoio e informação acerca do funcionamento do ambiente acadêmico (as formas de acesso, as opções possíveis, suas exigências e oportunidades), mas também a familiaridade com os valores culturais que ele veicula.

Assim, o fracasso escolar de estudantes de baixa renda às vezes pode ser atribuído não a uma suposta falta de inteligência ou capacidade, mas também a dificuldades de adaptação social, cultural e até mesmo linguística a um ambiente que se apresentaria, em muitos casos, como hostil. Situação semelhante se verifica ao analisar os dados por raça e cor dos estudantes: se somente 2,2% dos jovens negros estavam matriculados em 2001, eles eram 12,2% em 2015 (contra 25,3% de brancos). Não é apenas na questão de taxas de matrícula que as desigualdades de acesso ao ensino superior se revelam no Brasil.

Além de insuficiente, o aumento de matrículas oculta a permanência de outras distorções que não devem passar despercebidas, tais como o tipo de curso e de instituição a que os alunos das camadas mais desfavorecidas têm acesso, bem como as dificuldades que muitos deles experimentam em concluir o curso (Almeida et al., 2012). Nota-se, portanto, que a implantação de políticas afirmativas e a criação de mecanismos de financiamento estudantil (instrumentos previstos pelas estratégias 12.5 e 12.9 do PNE), têm se revelado insuficientes alterar o quadro descrito (PNE, 2014).

Perspectiva Teórica da Nova Sociologia Econômica

A Nova Sociologia Econômica (NSE), corrente teórica situada entre a economia e a sociologia, assume um papel importante como elemento de análise (níveis micro e meso) à compreensão dos desafios que cerceiam os desafios dos EPG no ensino superior,

principalmente quando se consideram questões socioculturais como aspecto preponderante da construção social desses estudantes, destacando-se o próprio ingresso deles nas IES. Fundamenta-se aqui o fato de que os objetivos econômicos e práticas desses atores sociais envolvidos no processo de acesso ao ensino superior sejam predizíveis e explicáveis por elementos sociológicos, considerando-se a importância dos pressupostos da NSE como elemento de análise, e não pelos fatores econômicos tradicionalmente considerados pela Economia Clássica.

Essa perspectiva é corroborada pelos estudos de Fligstein (1996, p. 8) ao afirmar que “diferentemente dos economistas clássicos, a moderna sociologia econômica relacionada a mercados raramente conecta as suas ideias teóricas a uma visão de sociedade ou à mudança social [...] ao contrário, a maioria dos estudos dá enfoque ao objeto empírico e à literatura no qual ele está inserido”. Esses autores consideram que toda a ação econômica é fundamentada em uma ação social, contrapondo-se à perspectiva utilitarista dos fenômenos econômicos.

Embora os pressupostos da NSE sejam contestados por alguns estudiosos devido a não apresentarem respostas a diversas questões socioeconômicas, eles assumem um papel importante na explicação de fenômenos administrativos relacionados ao funcionamento de mercados e de instituições (Lévesque et al., 2002). Nesse sentido, a NSE não rompe com as premissas da Economia Clássica, travando, contudo, um diálogo evolucionário ao trazer à Economia Clássica aspectos sociológicos, promovendo a aproximação entre a Sociologia e a Teoria Econômica. É nesse contexto que se desenvolve a fundamentação da análise da natureza dos desafios ao acesso escolar em nível superior dos EPG.

A Fraqueza dos Laços Fortes

Granovetter (1973), em seu artigo intitulado “*The Strength of Weak Ties*”¹, procura estabelecer, a partir de sua Teoria sobre redes sociais, a importância dos laços fracos na relação entre os indivíduos. Segundo Granovetter, a força dos laços fracos consiste em criar contatos fora do convívio social convencional dos indivíduos; ou seja, tais laços unem indivíduos socialmente diferentes, antes díspares em relação ao círculo social habitual. Dessa maneira, a rede de relacionamentos desses indivíduos aumenta e, muitas vezes, os laços criados transformam os novos relacionamentos (até por ironia) em veículos de acesso a novas oportunidades, antes pouco prováveis por meio dos laços fortes em ambientes desfavoráveis.

É nesse contexto que esse artigo propõe a perspectiva “*The Weakness of Strength Ties*”². Nessa perspectiva, defende-se que o convívio social, quando há assimetria de poder, restrição de acesso a informações ou quando o círculo social seja considerado de baixa mobilidade social, como por exemplo das famílias dos EPG, os laços fortes transformam-se em potenciais barreiras socioculturais que inibem o avanço social desses estudantes por meio do estudo formal. Em uma analogia contrária à expressão do texto de Granovetter, os laços fortes podem ser considerados “fracos” – por isso a expressão “A fraqueza dos laços fortes”, quando se apresentam em contextos desfavoráveis no sentido de que podem não favorecer o acesso ao ensino superior tornando-se uma causa parcial da dificuldade estudantil dos EPG, visão pela qual, ao contrário, facilitaria aos estudantes EGC o ingresso ao ensino superior.

Tal conclusão liga-se à concepção aristotélica, segundo a qual o homem é um ser político (cf. o primeiro capítulo de *A Política*, 1253a2), isto é, alguém para o qual a amizade é um “bem fundamental” para sua realização, seja em seu aspecto prático ou contemplativo, como lembra Nussbaum (2009, p. 300-301). Sendo que a amizade pode ser definida como “relação fundada em bases comuns e em reciprocidade de ações no auxílio para a consumação de fins

¹ Tradução livre: “A Força dos Laços Fracos”.

² Tradução livre: “A Fraqueza dos Laços Fortes”.

comuns”, em sua *Ética a Nicômaco* (cap. VIII, 1155b15- 1157b10), Aristóteles entende que uma das dimensões da amizade é sua utilidade, tanto na consecução de responsabilidades ou tarefas públicas, como na busca da realização perfeita da pessoa (cf. Klautau; Fernandes; Walchhütter, 2019, p. 1244).

Retomando Granovetter, já no início dos pressupostos da NSE, o autor insere o conceito de “imersão social” pelo qual afasta o conceito do indivíduo como um ator social aquém das relações econômicas (conceito fortemente aceito nas premissas da Economia Clássica). Assim, entende-se que os mercados são construídos e socialmente mediados por relações sociais e interesses recíprocos desses atores – o que nos remete aos estudos de Lévesque (2007) e nesse sentido, Granovetter indica uma convergência teórica entre a Economia Clássica que subsocializa os atores sociais enquanto os radicais da Sociologia mais ortodoxa como Durkheim e Weber, supersocializam esses mesmos atores, e propõe que o comportamento dos indivíduos está fortemente associado às relações interpessoais.

Dessa análise, podemos inferir que os EPG possuem laços fortes dentro de suas redes sociais, mas que essas redes, por sua vez, não contemplam a visualização de oportunidades de ingresso no ensino superior. Ademais, é lícito questionar em que medida grande parcela de jovens oriundos de grupos tradicionalmente excluídos do ensino superior terão refletido acerca das oportunidades trazidas pela capacitação profissional e cultural obtidas em um curso universitário, uma vez que a própria possibilidade de prosseguir os estudos para além do ensino médio nem sempre é considerada viável.

Na perspectiva da NSE, a falta de compreensão do contexto social e dos obstáculos que os EPG devem enfrentar antes mesmo de seu ingresso no ensino superior – desafios que, como dito acima, não se limitam a questões financeiras ou de simples acesso a vagas – tem dificultado a solução dos desafios que continuam impedindo o acesso de amplas parcelas da população à formação universitária. Em outras palavras, seria como considerar o sistema educacional como o resultado causal das desigualdades sociais e não a dificuldade ao seu acesso, assim como trata a teoria de “Mercados e Hierarquia” encontrado nos estudos de Williamson e tão combatido por Granovetter.

Diante de tais questões, o contexto sociocultural de relacionamento dos EPG deve ser analisado a partir das desvantagens dos laços fortes estabelecidos nas famílias em relação ao apoio na continuidade dos estudos em nível superior, e não por contratos. Ao contrário, a socialização desses estudantes deve ser analisada com o intuito de se obter respostas a uma condição desfavorável de ingresso, manutenção e desenvolvimento estudantil em ambientes de aprendizagem nem sempre preparados para acolher, valorizar e integrar esse “novo público”, como o composto pelos EPG.

3. Metodologia

Esta seção trata brevemente sobre a perspectiva paradigmática da pesquisa. A abordagem metodológica, devido ao enfoque epistemológico central e por seu caráter interpretativo, conforme Morgan (1983), trata-se de uma discussão teórica-reflexiva. Essa abordagem posiciona o entendimento sobre os fatores motivacionais dos EPG, nem tanto em um extremo subjetivo extremo, tampouco pela objetividade, na qual o próprio ser humano é assumido como ator principal construtor de sua própria realidade social e agente capaz de mudar sua realidade de acordo com suas interações com o meio. A Figura 1 indica o posicionamento central filosófico desta pesquisa.

Figura 1 – Posicionamento Central e Filosófico da Pesquisa

Subjetivismo	Posicionamento Central	Objetivismo
Realidade como interação do indivíduo	Realidade compreendida como construção social	Realidade compreendida como estrutura concreta
Indivíduo como “consciência”	Indivíduo como principal ator social	Homem como agente reativo ao meio
Exploração da subjetividade	Análise simbólica	Positivismo
Fenomenologia	Interacionismo simbólico	Experimentos e <i>surveys</i>

Fonte: Morgan (1983) adaptado pelos autores

Vale a pena ressaltar que a própria fundamentação da pesquisa não sugere posicionamentos extremistas, seja ao positivismo, seja ao subjetivismo, pelo fato de que a temática ainda não encontra convergência teórica entre si. Nessa perspectiva, o pressuposto da pesquisa está em compreender como os EPG constroem sua realidade e não entender a essência das consciências desses indivíduos. Tal posicionamento filosófico permitiu as inferências e contribuições específicas da pesquisa.

4. Análise e Discussão dos Resultados

Ao explorar a relação entre os Estudantes de Primeira Geração e os pressupostos da Nova Sociologia Econômica e examinar a natureza das possíveis dificuldades socioculturais ainda não suficientemente compreendidas em seu percurso de ingresso no ensino superior, é possível entender o porquê do EPG, como atores sociais e a partir de sua trajetória de construção social, constituem seus próprios fatores – ora facilitadores e motivacionais, quando explorada a força dos laços fracos; ora compreendidos como barreiras, quando explorada a fraqueza dos laços fortes (Granovetter, 1973).

A primeira consideração é que fatores associados à socialização que proporcionem reciprocidade em termos de afeição, carinho e autoconfiança a partir da interação social, são elementos fundamentais que podem ajudar a vencer as barreiras que enfrentam os EPG em sua trajetória de ingresso no ensino superior. Klautau, Fernandes e Walchhütter (2019) revelam que os EPG detêm menor envolvimento com outros estudantes no ambiente universitário do que os EGC, além de participarem menos de atividades acadêmicas e não acadêmicas, fato que prejudica sua formação. Assim, há um consenso sobre a existência de numerosas barreiras que os EPG devem enfrentar para ter acesso, permanecer e concluir o curso superior.

Ainda de acordo com esses autores, diversos estudos convergem para destacar a importância dos fatores motivacionais intrínsecos (ou seja, os determinados por interesses pessoais, pelo prazer ou pela satisfação da tarefa em si mesma) frente aos extrínsecos (os associados ao desejo de obter um prêmio ou recompensa, ou então evitar punições). Isto se explica por três necessidades psicológicas inatas ao ser humano, a saber: a necessidade de autonomia (liberdade de escolha), de competência (crença nas próprias capacidades) e de “pertencimento” (sentido de segurança nos relacionamentos, que promove a autoconsciência e as motivações intrínsecas).

No caso de um ambiente acadêmico muito competitivo, os EPG podem tender a abandonar os antigos laços sociais conquistados em nome de uma suposta excelência individual, desatrelando-se de seus vínculos passados em nome da dedicação à carreira ou ao estudo. Nesse caso, as possibilidades de paradoxos da felicidade, tais como aumento de renda e diminuição de autopercepção de bem-estar, são explicadas pela hipótese da depreciação social prévia dos EPG e, ao mesmo tempo, a não constituição de novos laços com outros indivíduos (Klautau; Fernandes; Walchhütter, 2019, p. 1247).

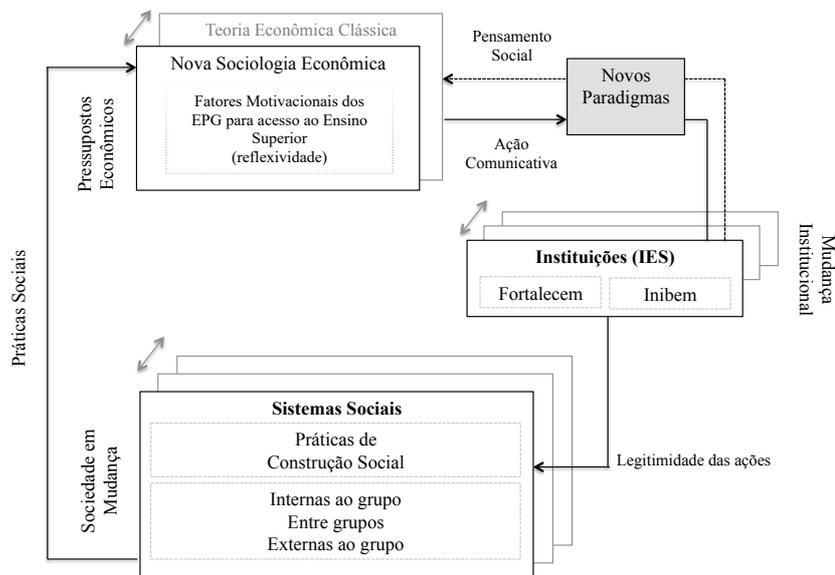
Dentre os fatores mais comumente apontados como relevantes neste processo estão o apoio familiar e os aspectos motivacionais. O primeiro está relacionado ao fato de o ambiente familiar nem sempre ser caracterizado pelo interesse pela vida escolar ou pelo incentivo aos estudos como meio de ampliação de oportunidades e de ascensão social; o segundo vincula-se ao senso de pertencimento, responsável pelo sentido de autoconfiança nos relacionamentos e da liberdade de escolha, ou seja, da crença em suas próprias capacidades.

É possível entender que a conversa dos pais com seus filhos sobre os benefícios de prosseguir os estudos seja primordial para gerar nos jovens a expectativa de superar a educação formal dos pais, constituindo fator de relevo não apenas para o desenvolvimento acadêmico, mas também profissional. Por outro lado, dado que nem sempre os pais ou responsáveis têm condições de fazê-lo, é também importante a criação de políticas públicas de comunicação e informação aos jovens ainda no ensino médio, a fim de ajudá-los a cogitar sobre a possibilidade de prosseguir sua formação em nível universitário e oferecendo o apoio necessário para os que assim o desejarem.

Framework Teórico Explicativo para Compreensão dos desafios Sociológicos do Processo de Ingresso dos EPG no Ensino Superior

A sugestão de um framework teórico explicativo, conforme indica a Figura 2, destaca a compreensão das relações indivíduo-sociedade a partir de uma abordagem construída de “política cultural” (Fligstein, 1997). De fato, essa perspectiva oferece uma maneira de entender como os atores sociais podem transformar, ou, por vezes, fracassar em estabelecer as estruturas sociais. Uma ou outra hipótese dependerá de como essas interações impactem as instituições em relação a novas formas de pensar e de estabelecer práticas de como utilizar recursos.

Figura 2 – Framework Teórico Explicativo para compreensão dos Fatores Motivacionais dos EPG de acordo com o contexto Social em que estão envolvidos



Fonte: Baseado em Cajaíba-Santana, G. (2013, p. 7)

De acordo com a Teoria dos Campos Estratégicos de Fligstein (1997), as interações sociais nos ajudam a compreender que, uma vez estabelecidas as relações sociais, os arranjos organizacionais dominantes podem se reproduzir de forma cíclica e retroalimentada. Nessa

linha de pensamento, a questão está na interrelação da quebra de paradigmas enfrentada pelos EPG e as IES em criar condições ambientais de recepção favorável a esses estudantes. Nesse sentido, as ações entre os atores sociais envolvidos podem ser compreendidas como intencionais à margem dos fatores econômicos.

O modelo indica que as interações e práticas sociais têm o poder de mudar as instituições; todavia, ao mesmo tempo, também podem ser limitados pelas práticas institucionais, incorrendo dessa forma em interações sociais intra e entre grupos, com o intuito de (re)criar novos sistemas sociais. Relacionado ao nível dos sistemas sociais, o modelo infere que há as práticas internas, externas e entre grupo. As internas estão relacionadas aos valores e comportamentos de um dado grupo social. Provavelmente, as instituições que se enquadram a esse nível desenvolvem ações que exigem uma análise sociocognitiva que levam à aceitação ou à recusa de novas práticas.

O papel desempenhado pelos indivíduos (estudantes) nesse nível é importante, pois as interações sociais e práticas ambientais estão diretamente relacionadas à maneira como os indivíduos são socializados. O segundo nível refere-se às práticas entre grupos. Nele, as ações entre os grupos sociais (os “herdeiros” e os EPG) são diferentes, e de acordo com a capacidade de interação no meio ambiente de cada um, a assimetria de poder entre os grupos tende a aumentar. Por fim, o terceiro nível diz respeito ao plano externo dos sistemas sociais. Este nível de análise apresenta movimentos sociais em estudos que podem impactar em políticas públicas e nele encontra-se a integração entre os estudantes de acordo com suas diversas características, da IES e sociedade, inclusive governo.

A ideia de “reflexividade” implica que os atores têm a capacidade de monitorar rotineiramente suas ações, refletindo sobre elas e agindo de acordo com suas intenções, criando no sistema uma nova visão de como as interações acontecem – são os novos paradigmas, nos quais as interações sociais modelam as econômicas, e não o contrário, como afirmam os pressupostos da NSE.

Como resultado, é possível inferir que o processo de estudo em nível superior, seja de EPG ou EGC, perpassa por barreiras muito mais profundas que apenas evidenciar se o estudante teve a oportunidade de acesso a IES ou não. Questões amplas de interação sociocultural entre indivíduos, instituições e sociedade mergulham em um “campo de disputas” em que as interações ou integrações constituem-se como uma arena entre seus atores, e que por sua vez, determina o significado das regras que estão em jogo e seu funcionamento.

Essas disputas e a assimetria de poder entre os atores também determinam a forma pela qual se distribuem os recursos, seja de forma mais cooperativa e colaborativa, seja de forma mais hierárquica. Portanto, retomando Fligstein (1997, p. 62-63), os EPG precisam desenvolver suas habilidades sociais, mas também as cognitivas, a fim de conseguirem transformar o campo no qual estão envolvidos e de acordo com suas novas perspectivas após ingressarem nas IES.

Assim, o novo grupo social cria valores para dar sentido e significado aos seus interesses, permitindo a colaboração das instituições em seu favor nessa nova arena de disputas. Essa habilidade social definiria uma identidade coletiva que possivelmente permitiria aos EPG sua inserção ao ensino superior – defendendo dessa forma tanto seus interesses, quanto os interesses do próprio grupo. Nesse sentido, os EPG, como atores hábeis, se integrariam no grupo outrora dominante, e teriam condições de manter-se nessa condição.

Em breve análise, é possível inferir algumas proposições para o avanço das perspectivas de nossos jovens enquanto cidadãos em busca de reconhecimento e legitimação ética e moral na sociedade, conforme ilustra a Figura 3 em síntese:

Figura 3 – Proposições para avanço dos EPG nos Ensino Superior



Fonte: Elaborado pelos autores

As IES também poderiam acelerar e efetivar suas ações estratégicas de acolhimento estudantil, uma vez que os EPG, ao ingressarem no ambiente acadêmico, serão submetidos e exigidos pelos mesmos indicadores globais que os EGC, com a disparidade de que aqueles veem o ambiente acadêmico ainda como um desafio a ser superado, mesmo após seu ingresso.

Defende-se portanto a necessidade de que as IES que desenvolvam trabalho de ensino e pesquisa de qualidade, sejam elas públicas ou privadas, incentivem atividades de socialização como instrumento de metodologia didática a fim de integrar todos os seus estudantes, acolhendo e valorizando a diversidade de suas histórias de vida, para que o processo de ensino aprendizagem seja acessível todos, de forma a mudar as “regras do jogo” numa arena altamente competitiva em que a assimetria de poder é evidentemente parcial.

Nesse aspecto, o que está em disputa nessa arena é o ganho coletivo pelo uso adequado dos recursos, e não a expectativa inevitável de uma tragédia anunciada (Ostrom, 2005).

5. Conclusão

Nessa pesquisa foram debatidas as motivações dos EPG, assumindo os próprios estudantes como unidade de análise. A reflexão teórica a partir dos conceitos da NSE como corrente teórica permitiu defender que fatores e aspectos sociais é que modelam a economia, e a recíproca, por sua vez, não é verdadeira. É possível inferir que uma das barreiras do processo de acesso dos EPG ao ensino superior inicia-se na prerrogativa sociológica, como apoio familiar e autoestima, provocado por uma condição sociocultural desfavorecida de, pelo menos, uma parcela significativa da população estudantil.

O acesso ao ensino superior de forma geral no Brasil e no mundo continua a ser um importante desafio para amplas camadas da população. Estudantes provenientes de famílias com baixa escolaridade enfrentam diversas barreiras ao decidir continuar os estudos após o ensino médio. Dessa forma, este artigo explorou a relação entre os Estudantes de Primeira Geração (EPG) a partir de suas relações sociais e examinou a possível relação motivacional ainda não suficientemente compreendida no percurso desses alunos rumo ao processo de graduação em nível superior.

Os resultados indicam que os EPG têm dificuldade de ingressarem no ensino superior por razões distintas daquelas associadas a financiamentos privados ou de políticas públicas de incentivo. Por meio de uma discussão teórico-reflexiva, a contribuição desta pesquisa reside na inferência de que programas orientados à inclusão social por meio da democratização do ensino, principalmente aqueles dirigidos a estudantes de baixa renda, devem também considerar os fatores sociológicos que envolvem os estudantes ao longo de sua vida, considerados por esse debate como um desafio determinante.

A democratização do acesso à universidade, por meio da inclusão de camadas sociais tradicionalmente excluídas do ensino superior, é um desafio que ultrapassa a necessidade de apoio financeiro e o estabelecimento de políticas públicas de incentivo e inclusão ao ensino. Estudos revelam que jovens provenientes de famílias com baixa renda e escolaridade frequentemente carecem de incentivos, modelos e até mesmo de informação no momento de optar por prosseguir ou não os estudos quando da conclusão do ensino médio.

Assim, os fundamentos materialistas para compreender a sociedade, estabelecidos pela Economia Clássica, promulgados principalmente nos estudos de Adam Smith e Marx, não conseguiriam responder a certas questões contemporâneas; assim, destaca-se a importância do entendimento das premissas da Nova Sociologia Econômica. Os resultados encontrados sugerem que fatores sociológicos sejam inseridos nos debates financeiros em relação às políticas públicas e privadas de incentivo aos programas à educação superior.

Nesse sentido, os obstáculos que os “estudantes de primeira geração” enfrentam para ingressar e permanecer em instituições de ensino superior estão intrinsecamente relacionados aos laços que conseguem criar ao longo de sua trajetória como indivíduo. Inference-se, portanto, que os programas dirigidos a ajudar estudantes de baixa renda e com familiares sem curso universitário precisam abordar não apenas questões financeiras ou mesmo de suporte formativo, mas devem também lidar de alguma forma com os fatores sociais e motivacionais, considerados por esta pesquisa como determinantes no desafio ao ingresso dos EPG no ensino superior.

Referências

Almeida, L., Marinho-Araujo, C. M., Amaral, A., & Dias, D. (2012). “*Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil*”. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), 17, 899-920.

BRASIL. Ministério da Educação. Planejando a próxima década (2014): Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao>>. Acesso em 07 jul. 2022.

Bourdieu, P., & Miceli, S. (1974). A economia das trocas simbólicas (Vol. 20). São Paulo: Perspectiva.

Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (2014). Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Florianópolis: EDUFSC.

Cajaiba-Santana, G. (2013). “*Image construction in non-profit organizations: A discursive analysis*”. In Academy of Management Proceedings (Vol. 2013, No. 1, p. 14406). Briarcliff Manor, NY 10510: Academy of Management.

Corrochano, M. C. (2013). “*Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior*”. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), 18, 23-44.

Engle, J., & Tinto, V. (2008). Moving beyond access: College success for low-income, first-generation students. Pell Institute for the Study of Opportunity in Higher Education.

Fave-Bonnet, M. F., & Clerc, N. (2001). Des «Héritiers» aux «nouveaux» étudiants: 35 ans de recherches. Revue Française de Pédagogie, 9-19.

Felicetti, V. L., Cabrera, A. F., & Costa-Morosini, M. (2014). “*Aluno ProUni: impacto na instituição de educação superior e na sociedade*”. Revista iberoamericana de educación superior, 5(13), 21-39.

Fligstein, N. (1996). “*Markets as politics: A political-cultural approach to market institutions*”. American sociological review, 656-673.

Fligstein, N. (1997). “*Social skill and institutional theory*”. American behavioral scientist, 40(4), 397-405.

Granovetter, M. S. (1973). “*The strength of weak ties*”. American journal of sociology, 78(6), 1360-1380.

Granovetter, M. (1990). “*The old and the new economic sociology: A history and an Agenda*”. Beyond the marketplace: Rethinking economy and society, 89-112.

Granovetter, M. (1995). “*Coase revisited: Business groups in the modern economy*”. Industrial and corporate change, 4(1), 93-130.

Klautau, D., Fernandes, R. C. G., Walchhutter, S. (2019). “*Bens Relacionais e Inclusão Social: O Ingresso dos Estudantes de Primeira Geração no Ensino Superior*”. Conference: II CONIEN - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO – UENP – Paraná, 3, 1240-1249

Koglin, G., Araldi, M. O., & Felicetti, V. L. (2021). “*Estudantes universitários e as percepções de seus estilos de aprendizagem*”. Revista Internacional de Educação Superior, 7, 021-028.

Lévesque, B., Bourque, G. L., & Forgues, E. (2002). La nouvelle sociologie économique. Économie et Solidarités, 33(1).

Lévesque, B. (2007). “*Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável*”. Revista de Administração de Empresas, 47, 49-60.

Lohfink, M. M., & Paulsen, M. B. (2005). “*Comparing the determinants of persistence for first-generation and continuing-generation students*”. Journal of College Student Development, 46(4), 409-428.

Morgan, G. (Ed.). (1983). Beyond method: Strategies for social research. Sage.

Morosini, M., & Felicetti, V. L. (2019). “*Estudantes de primeira geração (P-Ger) na educação superior brasileira: analisando os dados da PNS-2013*”. Educar em Revista, 35, 103-120.

Ostrom, E. (2005). Unlocking public entrepreneurship and public economies (No. 2005/01). WIDER Discussion Paper.

Pascarella, E. T., Pierson, C. T., Wolniak, G. C., & Terenzini, P. T. (2004). *“First-generation college students: Additional evidence on college experiences and outcomes”*. The Journal of Higher Education, 75(3), 249-284.

Soto Hernández, V. J. (2016). *“Estudiantes de primera generación en Chile: una aproximación cualitativa a la experiencia universitaria”*. Revista complutense de educación.